

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
NOTA À 7. ^a EDIÇÃO	7
1 ^a PARTE – TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EXECUÇÃO.....	21
1. Teoria geral da execução.....	21
1.1. Tutela jurisdicional executiva	21
1.1.1. Jurisdição e concretização dos direitos. A execução forçada como uma das modalidades de tutela jurisdicional	21
1.1.2. A execução tem por fim restaurar um direito violado ou impedir a ocorrência de tal violação	25
1.1.3. O aumento da importância do papel do juiz na criação da solução jurídica adequada para a atuação executiva dos direitos. Repercussão processual interna e externa.....	28
1.1.4. A construção da solução jurídica no processo, frente aos parâmetros fornecidos pelo sistema jurídico.....	31
1.2. Ações de conhecimento e ações de execução	32
1.3. Espécies de ações executivas	35
1.3.1. Supressão da unificação procedimental dos meios executórios	35
1.3.2. Variações de ações executivas e opções do demandante	37

1.4.	Espécies de meios executivos.....	39
1.4.1.	Perfis gerais. Ainda o conceito de execução forçada. Execução direta (ou por sub-rogação) e indireta (ou por coerção). As medidas coercitivas no quadro da tutela jurisdicional executiva	39
1.4.2.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado	42
1.5.	A interação entre os sujeitos processuais na execução	45
1.5.1.	Direção formal e material do processo de execução pelo juiz	45
1.5.2.	Órgão judicial e auxiliares da justiça	46
1.5.3.	Boa-fé objetiva.....	47
1.5.4.	Dever de cooperação. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	51
1.6.	Responsabilidade executiva	54
1.6.1.	Fundamentos	54
1.6.2.	Responsabilidade pessoal.....	55
1.6.3.	Responsabilidade patrimonial	56
1.6.3.1.	Perfis gerais.....	56
1.6.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo. Responsabilidade primária e secundária	57
1.6.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo. Bens impenhoráveis	61
1.6.3.4.	Fraude à execução	62
1.7.	Execução singular e universal.....	68
1.7.1.	Execução universal (ou geral).....	68
1.7.2.	Insolvência civil e falência. Recuperação judicial de empresa	70
2.	Princípios fundamentais da execução	75
2.1.	Definição dos princípios.....	75
2.1.1.	Uma noção de princípio. Polissemia, evolução e distinções prévias. Variações sobre o tema	75
2.1.2.	Sobre regras, princípios e valores.....	81
2.1.3.	Um sistema com regras e princípios: o direito vivo.....	88
2.1.4.	Como se formulam os princípios jurídicos? Da problemática concreta ao critério da fecundidade dos princípios	92
2.1.5.	A tradicional classificação entre princípios informativos e fundamentais... ..	96
2.1.6.	Princípios de organização técnica	99
2.1.7.	Princípios fundamentais da tutela jurisdicional executiva	100

2.2.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	105
2.2.1.	Do surgimento do título executivo à sua dispensabilidade para a execução	105
2.2.1.1.	Sobre a necessidade de revisão das teorias relativas ao título executivo ou de elaboração de outras, capazes de abranger as novas estruturas jurídicas	105
2.2.1.2.	Execução <i>cum titulo</i> e execução <i>sine titulo</i> . Breves referências históricas	109
2.2.1.3.	Execução <i>sine titulo</i> nas legislações modernas. Primeira referência à técnica monitoria	114
2.2.1.4.	A necessidade do título executivo para a realização de todos os atos executivos, inclusive os atos executivos satisfativos. Título executivo e concurso singular de credores	118
2.2.1.5.	O documento na configuração do título executivo. A eficácia executiva de atos orais.....	121
2.2.1.6.	Execução da decisão que antecipa efeitos da tutela e título executivo. A falsidade da máxima <i>ubi executio, ibi titulus</i>	125
2.2.1.7.	A realização de atos executivos no mesmo processo, independentemente de nova demanda. As sentenças executivas.....	131
2.2.1.8.	Significado dos princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	133
2.2.2.	Natureza do título executivo.....	136
2.2.2.1.	O papel da norma jurídica na definição do título executivo. A abstração do título executivo	136
2.2.2.2.	Título executivo e prescindibilidade da certeza.....	140
2.2.2.3.	Sanção, condenação e título executivo.....	143
2.2.2.4.	O título executivo como fato jurídico	147
2.2.2.5.	O documento (ou “representação documental típica”) na configuração do título executivo	148
2.2.2.6.	Título executivo em sentido substancial e em sentido formal.....	153
2.2.2.7.	Título executivo como suporte fático ao qual a norma atribui eficácia executiva	157
2.2.3.	Estrutura e requisitos do título executivo e da obrigação nele veiculada ...	158
2.2.3.1.	Tipicidade, segurança e função do título executivo. Execução <i>sine titulo</i> e atipicidade.....	158
2.2.3.2.	Taxatividade, tipicidade e limites à incidência do art. 190 do CPC/2015. Dispensa de cláusula executiva	165
2.2.3.3.	Distinção entre requisitos do título executivo e elementos da obrigação nele veiculada	167
2.2.3.4.	Obrigação certa, líquida e exigível	169
2.2.4.	Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Títulos executivos parajudiciais ou mistos.....	185

2.2.5.	<i>Nulla executio sine titulo</i> , cognição judicial e vedação (absoluta ou relativa) de oposição do executado.....	187
2.2.6.	Criação legislativa do título executivo e critério da proporcionalidade	193
2.2.7.	<i>Nulla executio sine titulo</i> e execução sem título, no CPC/2015	196
2.3.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução	199
2.3.1.	Da autonomia ao sincretismo.....	199
2.3.2.	As causas da autonomia entre processo de conhecimento e de execução e a suposta incompatibilidade entre as atividades realizadas em cada um desses processos	203
2.3.3.	Principal consequência da adoção do princípio da autonomia: imprescindível pureza das atividades a serem realizadas nos processos de conhecimento e de execução	210
2.3.4.	Desconstituição dos atos executivos por ação autônoma paralelamente ou após a extinção do processo de execução.....	215
2.3.5.	Possibilidade de repetição de indébito, após a extinção da execução, na hipótese de inexistência ou nulidade da obrigação	217
2.3.6.	Manifestações do princípio do sincretismo entre cognição e execução no direito brasileiro	219
2.3.7.	Teoria geral da sentença executiva (as denominadas “ações executivas <i>lato sensu</i> ”).....	223
2.3.7.1.	Importância da sentença condenatória no direito atual.....	223
2.3.7.2.	Diversidade de critérios apontados pela doutrina para a distinção entre sentenças condenatórias e executivas.....	226
2.3.7.3.	Restrição da sentença executiva à tutela dos direitos reais (ou absolutos).....	230
2.3.7.4.	Primeira referência à decisão mandamental. Distinção preliminar entre decisões condenatória, executiva e mandamental.....	248
2.3.7.5.	Oposição aos atos executivos no cumprimento de decisão executiva	253
2.3.8.	Cognição sumária a execução	254
2.3.8.1.	Tutela provisória, de urgência ou de evidência, pronunciamentos judiciais de execução imediata fundados em cognição sumária. Persistência do binômio condenação e execução?	254
2.3.8.2.	Tutela monitoria e execução.....	256
2.3.9.	Cognição não definitiva e execução.....	261
2.3.10.	A cognição judicial nas execuções fundadas em título executivo. Mérito e objeto litigioso. Primeira reflexão sobre a exceção de pré-executividade...	267
2.3.11.	Cognição e execução no CPC/2015.....	276

2.4. Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas. Os poderes de execução do juiz e seus limites.....	277
2.4.1. Execução por sub-rogação e por coerção. Execução por coerção e sentença condenatória.....	277
2.4.2. Correlação entre a atuação executiva e o resultado prático pretendido	281
2.4.3. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas e concentração dos poderes de execução do juiz. Critérios essenciais para o estabelecimento de medidas executivas.....	283
2.4.4. Tipicidade temperada pela atipicidade. A regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015	292
2.4.5. Ainda os limites aos poderes de execução do juiz. Meio mais idôneo e menor restrição possível (ou menor onerosidade) e execução por sub-rogação	297
2.4.5.1. Fecundidade dos princípios mesmo diante da tipicidade das medidas executivas.....	297
2.4.5.2. Grau de atipicidade da execução da decisão que antecipa os efeitos da tutela.....	299
2.4.5.3. Deveres de fazer infungíveis e medidas executivas sub-rogatórias. Relativização do conceito e “resultado prático equivalente” ..	300
2.4.5.4. O exemplo da sentença substitutiva da declaração de vontade. Infungibilidade natural e infungibilidade jurídica.....	302
2.4.5.5. Execução específica de obrigação de fazer e não fazer contra o Estado. Possibilidade de substituição do agente do Poder Público para o cumprimento de dever de fazer e de entregar coisa.....	303
2.4.6. Os poderes de execução do juiz em relação às medidas coercitivas (execução indireta)	307
2.4.6.1. Breve referência histórica. Da <i>manus injectio</i> no direito romano à regra <i>nemo potest cogi ad factum</i> do direito liberal francês. O princípio da intangibilidade corporal em razão de dívidas e o princípio da patrimonialidade	307
2.4.6.2. As medidas coercitivas previstas no CPC/2015. Medidas patrimoniais, pessoais e híbridas	309
2.4.6.3. Fungibilidade natural (ou material) e jurídica e cabimento de medidas coercitivas	310
2.4.6.4. As medidas coercitivas patrimoniais no direito brasileiro. Paralelo entre a multa e as <i>astreintes</i> do direito francês	312
2.4.6.5. Distinção entre medidas coercitivas e sancionatórias previstas no CPC/2015.....	313
2.4.6.6. A prisão civil como medida executiva coercitiva	314
2.4.7. A tutela mandamental e sua importância no direito brasileiro	315

2.4.7.1.	<i>Injunctions e contempt of court</i> . Breve referência às medidas coercitivas pessoais existentes em outros ordenamentos jurídico-processuais	315
2.4.7.2.	Breve distinção preliminar: prisão por dívidas e prisão decorrente do crime de desobediência à ordem judicial.....	317
2.4.7.3.	Ainda a distinção entre decisão condenatória e mandamental...	318
2.4.7.4.	Restrição da tutela mandamental à violação dos deveres legais, com exclusão das obrigações convencionais.....	320
2.4.7.5.	Insuficiência das classificações doutrinárias existentes. Expedição de ordem judicial em caráter principal e incidental, <i>ex officio</i> ou mediante requerimento da parte.....	322
2.4.7.6.	Cumprimento da ordem ou da obrigação?	324
2.4.7.7.	A questão da ordem sob pena de multa.....	325
2.4.7.8.	Ainda sobre as consequências do descumprimento de decisão mandamental	330
2.4.8.	O CPC/2015 entre a tipicidade e a atipicidade das medidas executivas	332

2ª PARTE – PROCEDIMENTO DAS AÇÕES EXECUTIVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO..... 335

3.	Obrigação de pagar quantia certa em dinheiro – Execução fundada em título extrajudicial	335
3.1.	Fases do processo de execução	335
3.2.	Ajuizamento da execução.....	336
3.2.1.	Petição inicial. Perfis gerais.....	336
3.2.2.	Juízo competente para a execução	337
3.2.3.	Partes na execução	339
3.2.3.1.	Aspectos gerais. Exequente e executado. Devedor e responsável...	339
3.2.3.2.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	346
3.2.4.	Título executivo.....	353
3.2.4.1.	Repercussão do título executivo, no processo de execução	353
3.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo	355
3.2.4.3.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda.....	357
3.2.4.4.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo	358
3.2.4.5.	Demonstração de que o título executivo contém obrigação certa, líquida e exigível. Demonstrativo de débito atualizado. Demonstração de ocorrência de condição ou termo	359

3.2.4.6. Aspectos controvertidos quanto à formação dos títulos executivos previstos no art. 784 do CPC/2015 e em outras disposições legais	365
3.2.5. Pedido de tutela executiva e requerimentos. Requerimento de medidas a serem realizadas antes da citação e de medidas urgentes	374
3.2.6. Valor da causa, na execução.....	378
3.3. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e ordinatório da execução. Rejeição da execução em razão da prescrição. Admissão da execução e fixação de honorários advocatícios	380
3.4. Atos executivos realizados na fase inicial do processo. Arresto, penhora, averbação da execução	386
3.5. Citação	390
3.5.1. Modalidades. Repercussão, quanto à prática de atos executivos	390
3.5.2. Não localização do executado e arresto executivo. Arresto <i>on-line</i>	392
3.5.3. Citação e pagamento. Pagamento imediato, em parcelas e no curso do processo executivo	394
3.6. Variações das formas de oposição à execução. Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade). Ação de conhecimento autônoma. Embargos à execução	397
3.7. Embargos à execução	400
3.7.1. Natureza dos embargos à execução	400
3.7.2. Objeto e conteúdo dos embargos à execução	403
3.7.3. Prazo para a oposição dos embargos à execução.....	405
3.7.4. Execução por carta e oposição de embargos	407
3.7.5. Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução. Variações, em leis especiais	407
3.7.6. Embargos e suspensão dos atos executivos.....	408
3.7.7. Processamento dos embargos à execução: admissibilidade, contraditório, instrução e julgamento	412
3.8. Atos executivos na execução por quantia em dinheiro	414
3.8.1. Breve comparação entre obrigação de dar dinheiro, outras obrigações de dar e obrigações de fazer	414
3.8.2. Obrigação de dar dinheiro e expropriação	415
3.8.3. Execução direta (por sub-rogação) ou indireta (por coerção). Medidas executivas admissíveis	416
3.8.4. Primazia da expropriação simples	417

3.8.5.	Modalidades de atos expropriatórios.....	418
3.8.6.	Início dos atos executivos.....	419
3.9.	Penhora.....	420
3.9.1.	Natureza.....	420
3.9.2.	Direito de preferência.....	421
3.9.3.	Utilidade da penhora.....	422
3.9.4.	Bens impenhoráveis.....	423
3.9.5.	Preferência entre os bens que podem ser penhorados. Ainda a primazia pela expropriação simples.....	447
3.9.6.	Onde se realiza a penhora.....	451
3.9.7.	Aprensão e depósito do bem penhorado.....	452
3.9.8.	Documentação e registro da penhora. Efeitos da averbação da penhora...	454
3.9.9.	Quem deve ser intimado da penhora.....	456
3.9.10.	Modificações da penhora.....	458
3.9.11.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>on-line</i>	463
3.9.12.	Penhora de créditos.....	466
3.9.13.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	469
3.9.14.	Penhora de empresa e de percentual de faturamento de empresa. Penhora de estabelecimentos e de semoventes.....	470
3.9.15.	Penhora de frutos e rendimentos.....	474
3.9.16.	Penhora de quota-parte de bem indivisível.....	476
3.9.17.	Penhora e direito de superfície.....	477
3.9.18.	Penhora de ativos virtuais. Criptoativos.....	478
3.10.	Avaliação.....	479
3.11.	Modalidades de expropriação.....	482
3.12.	Adjudicação.....	483
3.13.	Alienação forçada do bem. Arrematação.....	486
3.13.1.	Natureza. Modalidades.....	486
3.13.2.	Alienação por iniciativa particular.....	488
3.13.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial.....	489
3.13.4.	Leiloeiro.....	490

3.13.5. Fixação dos critérios a serem observados, na alienação	491
3.13.6. Publicidade da arrematação. Editais	491
3.13.7. Cientificação do executado e de terceiros	493
3.13.8. Legitimidade para arrematar	494
3.13.9. Lance mínimo. Preço vil	495
3.13.10. Vários interessados em arrematar e critérios para definição da proposta vencedora	497
3.13.11. Pagamento pelo bem arrematado	498
3.13.12. Conclusão e documentação do leilão	499
3.13.13. Peculiaridades do leilão judicial eletrônico	500
3.13.14. Invalidação, ineficácia, resolução e desistência da arrematação	502
3.14. Concurso singular de credores	505
3.15. Suspensão da execução	509
3.16. Satisfação do crédito	514
3.17. Remição	516
3.18. Extinção da execução	517
4. Obrigação de pagar quantia em dinheiro – Execução fundada em decisão proferida em processo civil e em outros títulos executivos judiciais. Liquidação de sentença	529
4.1. Perfis gerais	529
4.1.1. Cumprimento ou execução?	529
4.1.2. Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva	530
4.1.3. Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença	531
4.1.4. Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	532
4.2. Títulos executivos judiciais	533
4.2.1. Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais	533
4.2.2. Decisões “definitivas” e “provisórias”	534
4.2.3. Decisão condenatória	534
4.2.4. Decisão declaratória	535
4.2.5. Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro	537
4.2.6. Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial	538

4.2.7.	Decisão homologatória de autocomposição.....	538
4.2.8.	Sentença penal condenatória	540
4.2.9.	Decisão arbitral.....	541
4.2.10.	Decisão estrangeira	541
4.3.	Decisão que reconhece o dever de pagar quantia ilíquida. Liquidação	542
4.3.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma.....	542
4.3.2.	Autonomia da liquidação	545
4.3.3.	Objeto e natureza da liquidação	545
4.3.4.	Limites da cognição judicial na liquidação.....	546
4.3.5.	Resultado da liquidação igual a zero	548
4.3.6.	Variação e cumulação das formas de liquidação.....	549
4.3.7.	Liquidação por arbitramento.....	550
4.3.8.	Liquidação pelo procedimento comum	551
4.3.9.	Liquidação de decisão provisória.....	551
4.3.10.	Liquidação de sentença coletiva. Definição de elementos da obrigação distintos do <i>quantum</i>	552
4.4.	Decisão definitiva: cumprimento e execução	555
4.4.1.	Necessidade de demanda, pelo exequente	555
4.4.2.	Competência.....	559
4.4.3.	Petição da demanda executiva: elementos formais e substanciais.....	561
4.4.4.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição.....	564
4.4.5.	Intimação do executado. Prazo para pagamento	565
4.4.6.	Pagamento parcial.....	567
4.4.7.	Medidas coercitivas admissíveis. Multa. Protesto da decisão judicial. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015 e outras medidas executivas	567
4.4.8.	Honorários advocatícios.....	570
4.4.9.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade). Objeto e conteúdo	570
4.4.10.	Prazo para a oposição da impugnação	582

4.4.11. Atribuição de efeito suspensivo à impugnação	583
4.4.12. Decisão sobre a impugnação ao cumprimento de sentença. Coisa julgada. Honorários advocatícios.....	584
4.5. Cumprimento provisório de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	585
5. Obrigação de prestar alimentos – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial	589
5.1. Execução de alimentos fundada em título judicial. Abrangência e medidas executivas cabíveis.....	589
5.2. Apresentação da demanda, intimação e atitudes possíveis do executado. Juízo competente	591
5.3. Prisão civil como medida coercitiva	593
5.4. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado	595
5.5. Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação	596
5.6. Constituição de capital	596
5.7. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial	599
6. Obrigação de pagar quantia em dinheiro pela Fazenda Pública – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título extrajudicial.....	601
6.1. Perfis gerais.....	601
6.2. Procedimento da execução fundada em título judicial	603
6.3. Particularidades, quanto à execução fundada em título extrajudicial.....	605
7. Obrigação de fazer e de não fazer – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial	607
7.1. Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Variações. Opções do de- mandante	607
7.2. Abrangência	608
7.3. Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer	610
7.4. Tutela específica e resultado prático equivalente	612
7.5. Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa	614
7.6. Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.....	617
7.7. Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade....	617

7.8. Medidas executivas admissíveis.....	619
7.9. Multa.....	620
7.10. A prisão civil como medida coercitiva.....	624
7.11. Ordem judicial e crime de desobediência.....	625
7.12. Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	627
7.13. Intervenção judicial em empresa.....	627
7.14. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial. Particularidades.....	628
8. Obrigação de entregar coisa – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial.....	633
8.1. Atuação executiva do dever de entregar coisa. Fundamento do dever de entregar coisa. Opções do demandante e medidas executivas admissíveis.....	633
8.2. Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica.....	634
8.3. Tutela específica.....	635
8.4. Direito de retenção por benfeitorias.....	636
8.5. Coisa incerta e concentração.....	637
8.6. Alienação da coisa no curso da ação.....	637
8.7. Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	638
8.8. Satisfação da obrigação e extinção da execução.....	639
BIBLIOGRAFIA.....	641